

DIA 15/06
ASSEMBLÉIA

unicamp

BOLETIM
Nº 020/88
DATA: 13/06/88

AD's DEFINEM: GOVERNO TEM ATÉ DIA 14 PARA RESPONDER

A paralisação das Universidades Paulistas no último dia 9 teve pleno êxito. O índice de paralisação dos docentes foi de 90% em todos os campi da UNICAMP, USP e UNESP, demonstrando o grau de insatisfação e descontentamento com relação aos salários.

Na UNICAMP, o debate sobre a Situação das Universidades Públicas Paulistas, que contou com a participação significativa de alunos de graduação e pós e de docentes, abordou o problema da Universidade do ponto de vista desses setores, trazendo importantes contribuições para o aprofundamento da discussão. Questões importantes como moradia, transporte, currículo, política científica, bolsas, salários foram abordados pelas entidades presentes situando-os no contexto geral da política educacional atual. A ADUNICAMP considerou positivo o debate e envidará todos os esforços para que ele seja ampliado para o conjunto da comunidade universitária.

A Assembléia Geral contou com a presença de aproximadamente 120 docentes e, aprovando a proposta da Diretoria para o encaminhamento do movimento, deliberou o seguinte:

PROPOSTA INDICATIVA DA DIRETORIA PARA O C.R. E ASSEMBLÉIA

- 1 - Manter a reivindicação de 78% a partir de 1º de Junho.
- 2 - Reivindicar no mínimo a URP a partir de Julho, mantendo a luta pelo reajuste mensal pelo DIEESE. Esta proposta, já aprovada na Assembléia da ADUSP, deverá ser levada à Plenária do Funcionalismo do dia 09 com o objetivo de unificação e mobilização do funcionalismo estadual.
- 3 - Dar prazo até dia 14 para manifestação do Secretário Alberto Goldman, protocolando ofício junto ao Palácio, dia 10.
- 4 - Nova Assembléia dia 15, 4ª feira, às 13:00 hs. para avaliação da resposta do Governo, prevendo a possibilidade de nova paralisação por um dia.
- 5 - Reuniões nas Unidades para avaliação, discussão e análise da proposta, no período de 10 a 15 de junho.
- 6 - Organização e agilização do Comitê em Defesa da Universidade Pública Paulista para encaminhamento das propostas aprovadas na última Assembléia.

A reunião das 3 ADs nesta 2ª. feira deverá avaliar o movimento até o momento, discutindo as alternativas que se colocam para a continuidade da campanha salarial. Não está descartada a possibilidade de novo(s) dia(s) de paralisação, uma vez que até o momento não foi dada qualquer resposta às nossas reivindicações.

A Assembléia do dia 15 deverá analisar as propostas de encaminhamento e a resposta (ou não) do governo às ADs. A presença na Assembléia e nossa mobilização são a única força capaz de sensibilizar o Governo Quercia para a nossa caótica situação salarial, principalmente se considerarmos que a defasagem salarial com relação aos docentes das Universidades Federais se aprofunda a cada mês, com a retomada da URP.

REAJUSTE MENSAL: QUAL ÍNDICE?

O funcionalismo do Estado de São Paulo retoma a discussão sobre a forma de reajuste mensal do salário e analisa a possibilidade e a viabilidade de tomar a URP como mecanismo de manter minimamente, o nível salarial dos funcionários públicos, tão duramente atingido pelo grave quadro inflacionário e pela prática irresponsável do Governo Quêrcia que se recusa a definir uma política salarial que reponha nossas perdas.

Diante da polêmica causada pela adoção da bandeira da URP por algumas das entidades do funcionalismo, a ADUNICAMP considera necessário esclarecer sua posição a respeito dessa questão.

A URP é na verdade um dos mecanismos de arrocho salarial criado pela política econômica do Governo Sarney e quando surgiu mereceu o repúdio de todos os setores dos trabalhadores que, corretamente, viam nele mais uma forma de jogar sobre os ombros dos assalariados o peso da grave crise que o país atravessa, resultado da política entreguista e de submissão ao FMI do Governo Sarney. De outubro para cá, no entanto, aprofundou-se ainda mais esse quadro e a URP, definida a cada 3 meses, passou a ser vista pelo governo como mecanismo inflacionário e de aumento dos gastos e do deficit público. Na tentativa de seguir fielmente as determinações do Fundo Monetário Internacional de contenção do deficit público, o governo propõe o congelamento da URP nos meses de abril e maio e encontra, a nível nacional, a reação de todo o funcionalismo federal. A greve nãas estatais, dias 4 e 5 de maio, foi vitoriosa na unidade e no seu caráter nacional possibilitando, inclusive, a organização desse setor e sua unidade com outros setores assalariados.

Em vários Estados os funcionários já recebem a URP, como Rio de Janeiro, Paraná e Bahia. Em São Paulo, o Governador Quêrcia, que defende intransigentemente a manutenção da URP para o setor privado, recusa-se a concedê-la para o setor público e mais, resiste a indexar nos seus reajustes trimestrais, vinculando-os às "possibilidades financeiras do Estado". Vale a pena lembrar que o índice de arrecadação do ICM foi superior à inflação (veja Boletim nº 16 da ADUNICAMP e FOLHA DE SÃO PAULO de 12.06), o que significa que há possibilidades reais de conceder aumentos salariais compatíveis com a espiral inflacionária.

O funcionalismo estadual, na última Plenária, corretamente decidiu passar a lutar pelo reajuste mensal, recusando a trimesalidade oferecida pelo Governo do Estado, o que significa aumentar a pressão sobre o Executivo na tentativa de obter uma política de REAJUSTE MENSAL JÁ. Como se coloca, neste contexto, a questão da URP?

Do ponto de vista da ADUNICAMP, a reivindicação da URP como mecanismo de repor, minimamente, o nível do salário é uma questão política. Nós a enxergamos como a possibilidade concreta de organização e mobilização dos funcionários públicos estaduais em torno de uma bandeira que já se mostrou unitária e unificadora em vários setores. Entendemos também que não devemos abandonar a luta pelo reajuste mensal pelo índice do DIEESE, histórica reivindicação do movimento sindical e o mecanismo mais justo de reposição das perdas salariais, ou melhor, o único mecanismo de reposição salarial.

Colocar a bandeira da URP hoje, significa aumentar a possibilidade de organização e mobilização do funcionalismo estadual na luta pela melhoria das condições de vida unificado com todos os setores do movimento sindical, a exemplo do que se observou na luta pelo galtilho salarial em 87. Mais ainda, coloca o Governo do Estado vulnerável em sua defesa da URP para o setor privado, obrigando-o a definir uma política salarial que atenda nossos interesses.

A ADUNICAMP tem clareza de que a URP é um mecanismo de arrocho salarial e que não reporã nossas perdas. Trata-se portanto, de lutar por um índice que recupere nosso poder aquisitivo de Janeiro de 87 e, mantendo o índice do DIEESE como parâmetro, reivindicar, nas datas base, a total reposição das perdas no período decorrentes da aplicação da URP mensalmente.



O MOVIMENTO DO FUNCIONALISMO

A Plenária do Funcionalismo, reunida no último dia 9, discutiu o encaminhamento a ser dado à campanha salarial com relação às reivindicações e à mobilização.

Em cada um dos setores a mobilização adquire um caráter diferente. Na Saúde, a luta é pela equiparação com o INAMPS e pelo imediato pagamento da diferença dos meses abril, maio e junho. Esse setor já marcou o dia 15 próximo como o Dia Nacional de Luta pela equiparação Salarial. Na Educação, está marcado o dia 23 como Dia de Luta em Defesa do Ensino Público e Gratuito, que deverá ser encampado por todos os setores na defesa do serviço público.

Com relação às reivindicações, a Plenária deliberou o seguinte encaminhamento:

1. Índice salarial que recupere as perdas desde Janeiro de 87;
2. Reajuste mensal de salário;

Cada categoria deverá também discutir a possibilidade de adoção da URP, no mínimo, como mecanismo de reajuste salarial. A ASSES, a ASUSP e a ADUNICAMP têm levado a mesma posição, explícita na primeira parte deste Boletim. O funcionalismo manterá, na reunião com o Secretário Goldman, na 6a. feira dia 17, a posição de reajuste mensal e contra a trimestralidade.

CRONOGRAMA DE MOBILIZAÇÃO

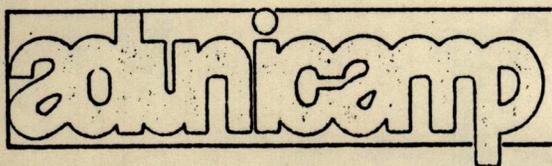
- 13.06 - 2a. feira - REUNIÃO DAS 3 ADS.
10 horas - ADUSP
- Reunião do Comite de Defesa da Univ. Publica Paulista
13 horas - ADUNICAMP
 - Reunião do Comando de Mobilização
14 horas - ADUNICAMP
- 14.06 - 3a. feira - Diretoria Ampliada
8:30 horas - ADUNICAMP
- Reuniões nas Unidades
 - PRAZO PARA RESPOSTA DO GOVERNO ÀS REIVINDICAÇÕES
- 15.06 - 4a. feira - ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUNICAMP
13 horas - CB 10
- DIA NACIONAL DE LUTA PELA ISONOMIA SALARIAL (Saúde)
- 17.06 - 6a. feira - Audiência do Grupo dos 19 com o Secretário Goldman
15 horas - Palácio Bandeirantes
- 20.06 - 2a. feira - Plenária do Funcionalismo

COMPARE SEU SALÁRIO

NÍVEIS SALARIAIS DA UERJ

(Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

	ABRIL	MAIO	JUNHO ESTIMADO
AUXILIAR	40.987,00	48.064,87	56.562,73
ASSISTENTE	45.782,00	53.687,76	63.179,75
ADJUNTO	62.688,00	73.513,52	86.510,71
TITULAR	86.060,00	100.921,36	118.764,25



1) Os salários se referem ao regime de 10 h/s.
Para outros regimes (20,30 e 40 horas) aplicar a proporcionalidade.

2) A URP de Junho, Julho e Agosto é de 17.68%.

O MOVIMENTO DO FUNCIONALISMO

A Comissão de Funcionalismo, reunida no último dia 9, discutiu o encaminhamento a ser dado à campanha salarial com relação às reivindicações e à mobilização.

Em cada um dos setores a mobilização deverá ser feita de forma diferente. Na Saúde, a luta é pela equiparação com o INAMP e por imediato pagamento da diferença dos meses abril, maio e junho. Essa será a marca e dia 15 próximo como o dia Nacional de Luta pela Equiparação Salarial. Na Educação, está marcado o dia 23 como Dia de Luta em Defesa do Ensino Público e Gratuito, que deverá ser encampado por todos os setores na defesa do serviço público.

Com relação às reivindicações, a Comissão definiu o seguinte encaminhamento:

1. Índice salarial que recupere as perdas desde Janeiro de 87;
2. Reajuste mensal de salário;

Cada categoria deverá também discutir a possibilidade de adoção da URV, no mínimo, como mecanismo de reajuste salarial. A ASSES, a ASSUP e a ADUNICAMP têm levado a mesa posição, explicita na primeira parte deste boletim. O funcionalismo manterá, na reunião com o Secretário Colman, na sexta-feira dia 17, a posição de reajuste mensal e contra a criminalidade.

CRONOGRAMA DE MOBILIZAÇÃO

- 13.00 - 2a. Luta - Reunião das 7 Adm. - 10 horas - ADUNICAMP
- Reunião do Comitê de Defesa da UNIV. Paulista Paulista - 12 horas - ADUNICAMP
- Reunião do Comando de Mobilização - 14 horas - ADUNICAMP
- 14.00 - 3a. Luta - Greve da Agência - 8:30 horas - ADUNICAMP
- Reuniões nas Unidades
- FRATO PARA DEFESA DO GOVERNO AS REIVINDICAÇÕES
- 15.00 - 4a. Luta - ASSEMBLEIA GERAL DA ADUNICAMP - 13 horas - CE 10
- DIA NACIONAL DE LUTA PELA ECONOMIA ESTABILIZADA
- 17.00 - 5a. Luta - Adesão do Grupo dos 19 com o Secretário Colman - 13 horas - Páris de Madri
- 20.00 - 2a. Luta - Reunião do Funcionalismo

COMPARE SEU SALÁRIO

NÍVEL SALARIAL DE 1981

(Unidade: Salário do Rio de Janeiro)

TÍTULO	1980	1981	1982
TÍTULO	100.000,00	100.000,00	100.000,00
ADJUNTO	73.513,22	73.513,22	73.513,22
ASSISTENTE	51.687,00	51.687,00	51.687,00
EXERCIÇÃO	48.062,00	48.062,00	48.062,00
LEI 10.161/52	25.262,72	25.262,72	25.262,72

1) Os salários se referem ao regime de 14 h. e. Para outros regimes (20,30 e 40 horas) aplicar a proporcionalidade.

2) A URV de Junho, Junho e Agosto é de 17.887.

